

A. F. Nº. - 140780.0043/23-3  
AUTUADO - RAYMUNDO NONATO PITANGA DE SOUZA  
AUTUANTE - MAGNO DA SILVA CRUZ  
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ RECONCAVO  
PUBLICAÇÃO - PUBLICAÇÃO INTERNET 31/03/2025

**2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0068-02/25-VD**

**EMENTA:** ITD. TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. Existência de fato gerador do imposto. Eventual autorização judicial para venda do imóvel inventariado não impede o lançamento tributário nem a lavratura de Auto de Infração para prevenir ocorrência de decadência do direito de constituição do crédito tributário. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Lavrado em 01/12/2023, o Auto de Infração exige ITD / Imposto sobre Transmissão e Doações, no valor de R\$ 324.136,54, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento ou recolhimento a menos do ITD incidente sobre partilha de herança “causa mortis” de direitos reais sobre imóveis, por intermédio de seu inventariante ou advogado no processo eletrônico do Sistema SEI nº 013113020230034473-34 (Infração 041.002.005).

O sujeito passivo apresenta impugnação às fls.14/15. Registra que, apesar de figurar como inventariante no citado processo judicial, não se encontra na posse e na administração do bem.

Seguindo, reproduzindo o art. 617 do CPC, informa que o juiz manteve sua nomeação como inventariante por estarem todos os herdeiros no mesmo grau e tendo em vista o fato de ter demonstrado interesse no feito e que em tal condição apenas representa os demais 19 (dezenove) herdeiros na lide, mas não possui ingerência sobre o imóvel em disputa.

Diz que, no momento, ele e a maior parte dos herdeiros, estão apenas postulando as partes da herança que lhes são legalmente devidas e que ainda não houve a transmissão de patrimônio para pagar o imposto.

Registra que a presente dívida e outros valores foram repassados ao juízo como demonstrativo dos débitos que o imóvel possui e, conseqüentemente, foi solicitado um alvará de venda de parte do imóvel (petição em anexo) para liquidar as obrigações, de modo que lhe resta aguardar a decisão judicial sobre a venda para pagá-las, pois as pessoas envolvidas no inventário não possuem recursos para pagar o débito.

Por fim, pede o “congelamento” deste débito até a conclusão do processo judicial, ou, ao menos, até o despacho do juízo sobre a venda do imóvel, se positivo.

O Autuante presta informação fiscal à fl. 38. Diz que constatou a infração através de exame para apuração e lançamento do ITD em processo de inventário requerido pelo Autuado na condição de inventariante no processo SEI nº 013.1130.2023.0034473-34 que, com base nos documentos do processo, tais como: cópia da petição inicial com declarações e plano de partilha, comprovantes de endereço, RG/CPF, certidão de óbito do autor da herança, e demais documentos, desenvolveu

as análises para avaliação do inventário e formal de partilha, concluindo a apuração e lançamento do ITMCD, concluindo pelo ITD de R\$ 324.136,54.

Informa ter desenvolvido a pré-estabelecida rotina para exame dos documentos anexados ao processo SEI para definição da base de cálculo do imposto devido, com respaldo na Lei 4.826/89.

Diz que o Impugnante não contesta a ação fiscal nem o Auto de Infração, uma vez afirmar que diante das dificuldades apenas *“solicita o congelamento desse débito até a conclusão do processo judicial, ou, ao menos, até o despacho do juízo sobre a venda do imóvel, se positivo”*.

Seguindo, diz que o “congelamento” pedido pelo Impugnante representa um pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário em questão e que, conforme reproduzido, tal pedido não encontra respaldo no art. 151 do CTN e conclui ratificando o Auto de Infração.

#### VOTO

O Auto de Infração em exame, formaliza a constituição de crédito tributário de Imposto sobre Transmissões *“causa mortis”* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD ou simplesmente ITD), em decorrência de falta de recolhimento do imposto incidente sobre heranças e doações de qualquer natureza.

No que tange às questões formais, verifico estarem presentes os pressupostos de validade processual, não faltando requisitos essenciais na lavratura do Auto de Infração, encontrando-se definidos o sujeito passivo, o montante devido e o fato gerador do débito tributário. Portanto, o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente, estão regulares e aptos para produção dos efeitos legais.

O ITD, Imposto sobre transmissão *“causa mortis”* e doação de quaisquer bens e direitos, também conhecido como imposto de herança e de doação, decorre da abertura de sucessão hereditária para o caso de transferência de patrimônio em razão de morte ou ainda, em consequência de cessão por ato de liberalidade e generosidade, no caso de transferência de patrimônio (móveis ou imóveis) em razão de doação pura e simples, entre pessoas vivas.

Tem previsão no art. 155, inciso I, da Constituição Federal e é de competência dos Estados e Distrito Federal, cabendo-lhes promover sua cobrança em relação à transmissão da propriedade de imóvel situado nos respectivos territórios, como também de bens móveis (dinheiro, automóveis, etc.), na localidade em que se encontra o doador. No Estado da Bahia foi editada a Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989.

O Decreto nº 2.487, de 16 de junho de 1989, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Transmissão *“causa mortis”* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), estabelece a incidência, conforme abaixo:

*Art. 1º O Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e doação de quaisquer bens e direitos - ITD, incide nas transmissões “Causa Mortis” e na doação, a qualquer título de:*

*(...)*

*II - Direitos reais sobre imóveis.*

O prazo para recolhimento do imposto ora discutido consta nos artigos 39 e 40 do Decreto nº 2.487 de 16 de junho de 1989, que com meus pertinentes destaques, reproduzo:

*Art. 39. Nas transmissões por instrumento público entre vivos sujeitas ao ITD o imposto será pago antes da lavratura do ato ou contrato.*

*Art. 40. Nas demais hipóteses o prazo será de 30 (trinta) dias contados:*

*a) da lavratura do instrumento particular da transmissão sujeita ao ITD;*

*b) nos casos de arrecadação do imposto em processo judicial, da publicação da sentença que julgue os cálculos, ou da publicação de decisão judicial que determine o recolhimento do imposto em arrolamentos, separações judiciais, divórcios, **partilhas**, e demais processos;*

*c) da data em que se tornar imutável, na via administrativa, a decisão que julgar a impugnação ou recurso;*

d) antes da tradição nas transmissões verbais por ato entre vivos sujeitas ao imposto.

**Parágrafo único. Os prazos previstos neste artigo vencerão sempre antes da tradição ou do registro no Cartório de Imóveis competente, ainda que isso ocorra antes de expirado os referidos prazos.**

Nas razões defensivas, ainda que admitindo o crédito constituído, o sujeito passivo registrou que o pagamento do imposto objeto do AI não foi efetuado em face da incapacidade financeira dos herdeiros e que sua liquidação depende da venda do imóvel detido pelo Espólio, pedido já efetuado ao juízo do caso em 04/10/2023 (petição anexada, fls.18-19), ainda pendente de decisão judicial.

Registre-se que o valor do ITD exigido no AI, sem avaliação contraditória, repito, foi regularmente apurado em conformidade com a Lei 4.826/89, através do exame dos documentos aportados pelo contribuinte/Requerente/Inventariante/Impugnante no processo de inventário SEI nº 013.1130.2023.0034473-34 (tais como: cópia da petição inicial com declarações e **plano de partilha**, comprovantes de endereço, RG/CPF, certidão de óbito do autor da herança, e demais documentos).

As hipóteses de suspensão do crédito tributário são definidas/previstas no art. 151, do CTN que também reproduzo com destaques pertinentes ao caso:

*“Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:*

*I - a moratória;*

*II - o depósito do seu montante integral;*

*III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;*

*IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.*

*V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial*

*VI - o parcelamento”.*

Considerando que: a) sem protestar o valor do imposto exigido, na defesa administrativa o sujeito passivo se limitou a pedir o “congelamento”/suspensão da exigibilidade do crédito constituído no lançamento fiscal em apreço, efeito que também consegue até o trânsito em julgado do presente PAF (CTN: Art. 151, III); b) ainda que favorável ao pedido do Inventariante e sujeito passivo deste PAF, uma decisão judicial que autorize a venda do imóvel ou parte dele não impede a feitura do lançamento tributário ou lavratura do Auto de Infração para prevenir o sujeito ativo do tributo de eventual ocorrência da decadência do direito de constituição do seu crédito fiscal, tenho a acusação fiscal como subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **140780.0043/23-3**, lavrado contra **RAYMUNDO NONATO PITANGA DE SOUZA**, devendo ser intimado, o Autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 324.136,54**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, II da Lei nº 4.826/89, com a redação dada pela Lei nº 12.609/12, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de março de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE/RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO – JULGADORA